

**MULTIFUNCIONALIDADE, TURISMO RURAL E PLURIATIVIDADE:  
INTERFACES DE UM DEBATE INACABADO**

Flávio Sacco dos ANJOS<sup>1</sup>  
Nádia Velleda CALDAS<sup>2</sup>

**RESUMO:** Neste artigo os autores partem da premissa de que a emergência do turismo rural e o interesse despertado nessa esfera não podem ser analisados fora do contexto da transição operada entre uma formação discursiva dominante até a primeira metade dos anos 1980 (o discurso da modernização agrária) e o período subsequente, marcado pela emergência do que se veio a chamar de multifuncionalidade. Da exploração monoativa idealizada no primeiro caso, passa-se agora a defender a chamada exploração agrária pluriativa como sintonizada com a diversificação de ingressos e de atividades, incluindo as que são relacionadas com o turismo rural.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação discursiva. Pluriatividade. Multifuncionalidade.

### **Introdução**

São muitas as causas, fatores e circunstâncias que poderiam ser aduzidos para entender a recente redescoberta dos espaços rurais por parte dos agentes econômicos, da administração pública e da sociedade em geral. Nesse sentido, fazemos nossas as palavras de Redclift e Woodgate (1994) quando estes afirmam que as representações sociais do rural que predominam atualmente nas sociedades contemporâneas se encontram intimamente ligadas a um sentimento de perda que acompanhou a civilização moderna, no qual o **campo** assumiu um estatuto de herança, tal como as catedrais, porque revela, em última análise, nosso próprio passado.

Por outro lado, a importância crescente assumida pelos valores pós-materialistas e a transição para a etapa do pós-productivismo representam processos mutuamente associados. Nesse contexto, seria absolutamente impossível restituir, no espaço que aqui dispomos, todos os contornos de um debate que permanece absolutamente aberto, tanto no âmbito político quanto acadêmico, com relação à natureza e aos desdobramentos destes processos de transformação.

Nesse artigo partimos de duas grandes premissas que merecem ser explicitadas. A primeira delas aponta para o reconhecimento de que as áreas rurais não estão inexoravelmente condenadas ao esquecimento e ao abandono, e que a ruralidade há que ser vista como um

---

<sup>1</sup> UFPel - Universidade Federal de Pelotas. Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel - Departamento de Ciências Sociais Agrárias. Pelotas - RS - Brasil. 96010-900 - elleda.nadia@gmail.com

<sup>2</sup> UFPel - Universidade Federal de Pelotas. Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel - Departamento de Ciências Sociais Agrárias. Pelotas - RS - Brasil. 96010-900 - saccodosanjos@gmail.com

## **Multifuncionalidade, turismo rural e pluriatividade: interfaces de um debate inacabado**

valor para as sociedades contemporâneas. A segunda delas recai no entendimento de que esse despertar sobre novos usos e potencialidades dos espaços rurais - **para além da agricultura** - não pode ser tomado como matéria isenta de polêmica.

Nesse sentido, parece certo admitir que a multiplicidade de enfoques e de modalidades de turismo no espaço rural (turismo de habitação, turismo rural, agroturismo, turismo de aldeia, casas de campo, etc.) oculta também lógicas distintas, por vezes antagônicas, de conciliação de distintos interesses e de administrar a diversidade de recursos implicados (naturais, paisagísticos, culturais, simbólicos). Do enfrentamento entre agricultores e outros atores sociais identificados com a (re)valorização dos ativos tangíveis e intangíveis dos territórios rurais, passamos agora a conviver com novos conflitos (sobretudo no contexto dos países europeus), decorrentes do modo como conceber iniciativas ligadas ao turismo, que nem sempre espelham as expectativas dos atores locais.

O objetivo deste artigo é oferecer algumas pistas que nos permitam visualizar os vínculos mais amplos existentes entre a questão do turismo no espaço rural e duas noções surgidas na contemporaneidade no âmbito acadêmico e institucional, como é precisamente o caso da pluriatividade e da multifuncionalidade. Além dessa breve introdução, o texto se estrutura em quatro outras partes. A primeira delas expõe o que entendemos como sendo os grandes eixos temáticos que atualmente suportam a agenda de investigação social sobre a agricultura e o mundo rural no Brasil, onde precisamente se inserem estes dois conceitos.

Reivindicamos a importância desse novo olhar sobre a complexidade destes temas como forma de iluminar o debate e inspirar novas reflexões, especialmente quando se pensa em outras formas de intervenção no espaço rural que transcendem a esfera estritamente ligada à dinâmica da agricultura, como é precisamente o caso do turismo no espaço rural. Nesse sentido, dizer que a multifuncionalidade deve ser tomada como uma **formação discursiva** requer, em primeiro lugar, esclarecer o que significa este termo. É esse o objetivo da segunda seção desse texto, a qual se baseia nos elementos que aporta a obra de Foucault e de Pêcheux.

A multifuncionalidade, como discutiremos na terceira seção deste estudo, representa um novo discurso (ou formação discursiva) que busca legitimar-se na contemporaneidade, amparando-se em outros pressupostos do ponto de vista da regulação das atividades socioeconômicas que afetam diretamente os espaços rurais ou o que também pode ser chamado de **áreas não densamente urbanizadas**.

Essa aproximação faz-se necessária para entender de que forma se constrói esse novo discurso sobre o rural, ao qual está aderida outra noção – a pluriatividade – que emerge na

## **Multifuncionalidade, turismo rural e pluriatividade: interfaces de um debate inacabado**

contemporaneidade por força do reconhecimento acerca da importância assumida pelas múltiplas inserções profissionais dos habitantes das zonas rurais e de iniciativas ligadas à diversificação de fontes de ingresso econômico, incluindo, obviamente o caso dos empreendimentos turísticos.

Nossa intenção é mostrar a transição operada desde posições, que inicialmente condenavam estas práticas pluriativas, no período marcado pelo auge da modernização da agricultura, para outro momento, cujo discurso – a multifuncionalidade – aponta justamente na defesa destas novas vocações a serem assumidas pelos habitantes do mundo rural e dos espaços não densamente urbanizados, como é precisamente o caso do turismo rural. Todavia, são flagrantes os indícios que apontam para os limites, contradições e riscos que ocultam estes novos enfoques. É este, em linhas gerais, o objetivo central da quarta e última seção deste trabalho.

### **O Brasil rural e as novas aberturas temáticas**

As duas últimas décadas inauguram novos temas na agenda de investigação social sobre a agricultura e o mundo rural brasileiro, momento no qual questões e fenômenos, até então desconhecidos na literatura socioeconômica, são incorporados ao centro da reflexão acadêmica. Em um esforço de síntese é possível identificar grandes eixos temáticos que conformam dita agenda, os quais explicitaremos nos parágrafos subsequentes.

Todavia, é mister registrar que nossa abordagem, nesse esforço de sumarização, atem-se estritamente ao âmbito da literatura brasileira. A ideia é mostrar que esta agenda não emerge por obra do acaso, mas sim, como resultado de amplas conexões com o que será discutido nas seções seguintes deste artigo, ao analisar noções trazidas de um debate mais amplo que perpassa a literatura internacional. Feitos estes esclarecimentos, analisemos agora os três grandes eixos temáticos da agenda brasileira de investigação, quais sejam:

#### **a) A consolidação da agricultura familiar enquanto categoria de análise e objeto de políticas públicas**

Há uma produção acadêmica que ganha consistência sobre o que hoje se denomina **dinâmica da agricultura familiar**. Desde o ponto de vista científico, se reconhece sua especificidade como forma social de produção, que se orienta sob uma lógica de

## **Multifuncionalidade, turismo rural e pluriatividade: interfaces de um debate inacabado**

funcionamento que visa garantir a reprodução social da família rural e satisfazer as necessidades de consumo de seus membros. É conveniente dizer que sua ascensão como ator social surge como resultado direto da pressão política exercida pelos movimentos sociais que incrementam sua atividade desde o começo dos anos 1990.

Entre estes sobressai, em primeiro plano, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e os setores progressistas da Igreja Católica, cujas atuações desembocam em manifestações multitudinárias como os **Gritos do Campo** e **Gritos da Terra** nos estados meridionais do Brasil, e sobretudo, na capital federal.

A intensa atividade e a capacidade de articulação tiveram como resultado a criação do “Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF” em 1994<sup>3</sup>, como instrumento de crédito destinado a financiar pequenas explorações que trabalham, fundamentalmente, com base no uso da força de trabalho da própria família e em áreas reduzidas de terra.

### **b) Incorporação do universo da sustentabilidade**

Este segundo eixo vincula-se à influência exercida por organizações nacionais e estrangeiras em prol da busca de soluções para os problemas ambientais, particularmente os que resultam do impacto de um padrão de agricultura produtivista e das transformações mais amplas a ele associadas (exclusão social, degradação ambiental, dependência tecnológica, êxodo rural, etc.). A sustentabilidade é compreendida em sua natureza multidimensional (social, ambiental, econômica, política, ética e cultural) e como um projeto contraditório e complexo do ponto de vista de sua implementação. Com efeito, não são poucos os estudos (VEIGA, 1991; GRAZIANO DA SILVA, 1994) surgidos à época, os quais visam aproximar-se ao exame desta questão, assim como formular novos enfoques dirigidos a conceber políticas públicas capazes de suplantarem a perspectiva produtivista e imediatista que convencionalmente inspiraram a atuação governamental no âmbito da agricultura e do mundo rural.

### **c) Estudos sobre a nova ruralidade. Pluriatividade e Multifuncionalidade**

---

<sup>3</sup> Navarro e Pedrosa (2011) descrevem, com bastante clareza, os avatares da cena política brasileira durante esse processo de construção que culminou na criação do PRONAF.

## **Multifuncionalidade, turismo rural e pluriatividade: interfaces de um debate inacabado**

No período sublinhado surge um interessante debate a partir do reconhecimento de que se impõem, sobre o *agro* e o meio rural brasileiro, novas dinâmicas no que toca à ocupação da população ativa. Os estudos sobre a pluriatividade se iniciam no primeiro lustro dos anos noventa através de estudos pioneiros e localizados (SACCO DOS ANJOS, 1994; SCHNEIDER, 1995). Entretanto, é sobretudo por força da aparição do Projeto Rurbano<sup>4</sup> que dito fenômeno ganha dimensão nacional enquanto objeto da reflexão acadêmica (SCHNEIDER; NAVARRO, 2000; CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2000; SACCO DOS ANJOS, 2003).

Além dos agricultores pluriativos, aparecem identificados **novos atores sociais** no campo, como é o caso de desempregados, aposentados, pensionistas e outras categorias, cuja sobrevivência depende cada vez mais de atividades e ingressos que pouco ou nada têm a ver com a agricultura. É justamente sobre esse eixo temático que o presente artigo reivindica um espaço à reflexão. Nesse contexto, alguns questionamentos nos ajudam a conduzir a discussão.

Com efeito, indagamo-nos: qual a importância destas noções (pluriatividade e multifuncionalidade) para compreender os processos e transformações que atravessam o campo brasileiro e latino-americano neste começo de milênio? Existem vínculos efetivos entre ambas as noções do ponto de vista de sua natureza e significado? Que nível de transcendência teriam, supostamente, tais neologismos para dar conta do estado de arte do mundo rural brasileiro e latino-americano, em toda sua complexidade e abrangência?

Partimos da premissa de que tais inquietações são absolutamente pertinentes na medida em que tais noções vêm servindo de fonte inspiradora para uma nova estratégia de atuação do Estado brasileiro no campo das políticas públicas nos espaços rurais, bem como de organizações internacionais como é o caso do Banco Mundial (BIRD), ou da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), no âmbito dos países em desenvolvimento. A questão do turismo nos espaços rurais, como não poderia deixar de ser, figura no interior deste debate em torno à busca de novos enfoques e orientações. Vejamos, primeiramente, o que se entende por formação discursiva.

### **A formação discursiva como ferramenta analítica**

---

<sup>4</sup> Ver a propósito: <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano>.

## Multifuncionalidade, turismo rural e pluriatividade: interfaces de um debate inacabado

Em *A Arqueologia do Saber*, Foucault estabelece as bases do que concebe como formação discursiva, a qual é entendida como expressão de determinadas regularidades do tipo ordem, correlação, funcionamento e transformação. Além disso, esclarece:

Chamaremos de regras de formação as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva. (FOUCAULT, 1987, p.43-44).

No capítulo seis da aludida obra *A formação das estratégias*, Foucault considera que uma formação discursiva será individualizada quando se puder definir o sistema de formação das diferentes estratégias que nela se desenrolam. Em outras palavras:

[...] se se puder mostrar como todas derivam (malgrado sua diversidade por vezes extrema, malgrado sua dispersão no tempo) de um mesmo jogo de relações. Por exemplo, a análise das riquezas, nos séculos XVII e XVIII, é caracterizada pelo sistema que pôde formar, ao mesmo tempo, o mercantilismo de Colbert e o “neomercantilismo” de Cantillon; a estratégia de Law e a de Paris-Duverney; a opção fisiocrática e a opção utilitarista. (FOUCAULT, 1987, p.75).

Eis aqui evidenciados os traços fundamentais que identificam a formação discursiva, a qual é regida por um conjunto de regularidades que determinam sua homogeneidade e coerência, cuja unidade constitutiva é o enunciado. Nesse sentido,

O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo; é, de parte a parte, histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo. (FOUCAULT, 1987, p.135-136).

O último aspecto que se torna fundamental destacar na concepção *foucaultiana* de formação discursiva tem a ver com o papel da contradição, a qual é vista como princípio organizador e como lei fundadora a conferir-lhe fundamento e substância:

[...] longe de ser aparência ou acidente do discurso, longe de ser aquilo de que é preciso libertá-lo para que ele libere, enfim, sua verdade aberta, constitui a própria lei de sua existência: é a partir dela que ele emerge; é ao mesmo tempo para traduzi-la e superá-la que ele se põe a falar. [...] A

## **Multifuncionalidade, turismo rural e pluriatividade: interfaces de um debate inacabado**

**contradição funciona, então, ao longo do discurso, como o princípio de sua historicidade.** (FOUCAULT, 1987, p.173, grifo nosso).

Em última análise, analisar o discurso, “[...] é fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições; é mostrar o jogo que nele elas desempenham; é manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência.” (FOUCAULT, 1987, p.173-174).

Diferentemente de Foucault, Pêcheux reconhece os vínculos existentes entre discurso e ideologia. Nesse sentido, esclarece que:

[...] se deve conceber o discurso como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica. Dito de outro modo, a espécie discursiva pertence ao gênero ideológico, o que é o mesmo que dizer que as formações ideológicas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito, a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico. (PÊCHEUX, 1990, p.166-167).

Para os efeitos desse estudo torna-se crucial fixar os aspectos evocados nesta sumária referência a essas importantes obras de Foucault e de Pêcheux para dar cabo dos interrogantes anteriormente referidos sobre os vínculos existentes entre pluriatividade e multifuncionalidade do ponto de vista deste instrumento interpretativo dos processos que se quer analisar.

### **Modernização, multifuncionalidade e formação discursiva**

Na secção introdutória deste artigo mencionamos que a incorporação da noção correspondente à pluriatividade no plano da nova agenda de investigação social brasileira e latino-americana, é muito recente. O mesmo há que ser dito com relação à multifuncionalidade, cujos primeiros estudos e referências só começam a aparecer nos meios acadêmicos neste começo de milênio.

Alguns estudiosos e certas vertentes interpretativas criticam os que dela se utilizam, para analisar a conformação da realidade agrário-rural brasileira e latino-americana, por entender que o universo de questões que atravessam o campo brasileiro em nada se identifica com a trajetória recente dos países desenvolvidos. Parte-se, assim, do suposto de que se trata da simples importação de conceitos traduzidos ao léxico brasileiro, ou como meros neologismos de escassa transcendência e significado para dar cabo de nossas temáticas.

## **Multifuncionalidade, turismo rural e pluriatividade: interfaces de um debate inacabado**

A bem da verdade, nos países que integram a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ou seja, no grupo das nações mais ricas do planeta, o surgimento dessas noções é resultante, de um lado, da natureza das transformações de um objeto de estudo – a dinâmica dos espaços rurais - a que os acadêmicos são desafiados a se posicionar no sentido de dar respostas interpretativas.

De outro lado, há que levar em conta o objetivo de contribuir com o aperfeiçoamento e adequação do marco político e institucional, sobretudo quando se trata de conceber novos instrumentos mais afinados com as mudanças mais amplas de nossa sociedade, as quais foram mencionadas na primeira seção deste trabalho, sobretudo as que aludem aos imperativos da sustentabilidade em suas múltiplas dimensões (social, econômica, ética, política, etc.).

Busca-se aqui alertar para o fato de que, em nosso país, tais noções foram introduzidas por força da atuação de acadêmicos orientados ao esforço de dar conta de processos até então desconhecidos, ou negligenciados (a **pluriatividade**), bem como para oferecer concepções inspiradoras (a **multifuncionalidade**) que qualifiquem o processo de intervenção estatal na agricultura e no mundo rural. Esta espécie de **inversão** alimenta o ceticismo e descrédito com relação ao potencial heurístico de ambos os conceitos.

A estratégia metodológica adotada nesse estudo requer um breve resgate sobre o itinerário recente da Política Agrária Comunitária (PAC) e das mudanças operadas no marco político e institucional dos países capitalistas centrais. A passagem do discurso em favor da **modernização agrícola** para o discurso da **multifuncionalidade** estabelece, ao fim e ao cabo, um verdadeiro divisor de águas, não apenas enquanto expressão de um determinado padrão de desenvolvimento, mas como uma das chaves interpretativas que nos permitam compreender a extensão das transformações operadas no âmbito das percepções e dos significados.

### **Modernização agrária e agricultura a tempo parcial**

O espaço de tempo compreendido entre as décadas de 1960 e 1980 abarca um período no qual houve uma inversão radical na dinâmica em que operava o setor agrário das nações do velho continente e de outros países integrantes da OCDE. Esse espaço de tempo, demasiado breve, esteve marcado pela rápida passagem do estágio de **escassez** para o estágio de **excesso** de alimentos e de matérias-primas.

Renascendo das cinzas da segunda grande guerra, as agriculturas e os agricultores assumiram um papel crucial no sentido de prover a sociedade com uma oferta alimentar

## **Multifuncionalidade, turismo rural e pluriatividade: interfaces de um debate inacabado**

crecente, sustentada no que se veio a chamar de **padrão fordista** de produção, com base numa política de alimentos baratos (*cheap food policy*) que se impõe no marco de uma divisão do trabalho orientada a impulsionar a recuperação de economias destruídas.

As tecnologias da revolução verde (agroquímicos e cultivares de alto rendimento) estabelecem um salto decisivo, consolidando as bases para uma ampliação sem precedentes na base produtiva. As organizações agrárias (cooperativas e sindicatos) conquistam novas fontes de legitimidade social no estrito cumprimento destas funções, que acarretam, entre outros aspectos, em um processo de especialização crescente de regiões e de produtores. Incrementa-se, exponencialmente, a produtividade dos fatores de produção (terra, trabalho e capital).

Nesse sentido, como indicam alguns estudos,

É muito provável que em nenhum outro país do mundo a construção social do "agricultor", enquanto categoria profissional, haja granjeado tanto protagonismo e relevância como na França dos anos 1960. A modernização espetacular da agricultura gala logrou situar esta nação<sup>5</sup>, depois dos Estados Unidos, no segundo posto entre os principais exportadores agrícolas do planeta. Mas o fundamental a destacar aqui é que estas cifras são o resultado de um movimento encabeçado pelos sindicatos e organizações profissionais ante o compromisso estabelecido com o Estado, inicialmente interessado na expansão da eficiência técnica da agricultura e na oferta crescente de alimentos. (SACCO DOS ANJOS, 2003, p.54).

Nos distintos continentes a agricultura passa a ser uma atividade cada vez mais regulamentada, particularmente no que toca à definição do nível de renda dos agricultores, movimento este que se traduz na ampla dependência em relação ao preço dos produtos, na crescente mercantilização (VAN DER PLOEG, 1996; MARSDEN, 2003) das relações sociais, e da vida rural como um todo, assim como na conversão dos agricultores à condição quase exclusiva de produtores de valores de troca. Mas o **eclipse** do camponês tradicional europeu e a ascensão do agricultor profissional trazem consigo outros desdobramentos, como aludem alguns estudos. Nesse contexto:

Um deles reside na não-aceitação, ou mesmo exclusão, por parte dos agricultores profissionais e de suas estruturas representativas, da condição de agricultor ao que exerce suas atividades a tempo parcial. De fato, o "métier de agricultor" não admite espaço ao que hoje se conhece como "práticas pluriativas" tanto ao nível do discurso como das atitudes das organizações profissionais francesas. Desde meados da década de 1960

---

<sup>5</sup> A França produz hoje 22% da produção agrária europeia e concentra 7,7% do mercado mundial de exportações, logo depois do lugar assumido pelos Estados Unidos da América com uma proporção equivalente a 11,6% (HERVIEU, 1997, p.81).

## **Multifuncionalidade, turismo rural e pluriatividade: interfaces de um debate inacabado**

ditas práticas são condenadas e rechaçadas, não só porque ferem o dogma do monismo do "mundo agrícola", mas porque supostamente implicam impor uma concorrência desleal com aqueles agricultores que não contam com recursos complementares e que, além disso, representam um conjunto de iniciativas que retardam o desenvolvimento agrícola. (SACCO DOS ANJOS, 2003, p.55).

Há, portanto, um conjunto de regularidades que conferem homogeneidade e coerência ao **enfoque modernizante** enquanto formação discursiva nos termos referidos na secção precedente. Entre os pilares que o sustentam dita retórica está a defesa de um padrão de exploração moderna, comprometido com a expansão ilimitada da produção e da produtividade.

Seu princípio organizador, seguindo a concepção **foucaultiana**, tem por contradição um padrão de exploração totalmente oposto, qual seja, a que funciona em tempo parcial, incapaz, em última instância, de assegurar uma ocupação plena da força de trabalho, de responder aos imperativos do mercado e de incorporar integralmente as inovações tecnológicas preconizadas pelos serviços de extensão rural e pelas agências de fomento.

Seguindo a perspectiva sugerida por Pêcheux, estamos convencidos de que existe uma **materialidade ideológica** na retórica **modernizante** apregoada pelos Estados nacionais e pelos aparelhos ideológicos adotados pela então Comunidade Econômica Europeia. É importante mencionar que o critério adotado pelos países da OCDE para o enquadramento das explorações agrárias levava em conta o tempo de trabalho dedicado pelo titular ao próprio estabelecimento.

Esse procedimento confrontava explorações *full time*, de um lado, e explorações de tipo *part time*, de outro, como pólos antagônicos de uma escala em que o primeiro tipo era obviamente referido como um padrão idealizado e ardorosamente defendido por agricultores, pelos Estados e pelas próprias organizações agrárias.

### **Multifuncionalidade e pluriatividade: a emergência de um novo discurso sobre a agricultura e o mundo rural**

A primeira metade dos anos 1980 é marcada por uma mudança radical no cenário econômico e político dos países industrializados. O quadro que se desenha nestes tempos revela um mercado internacional que sofre os efeitos dos excedentes de produção gerados pela impressionante máquina produtiva em que se converteu a agricultura dos países capitalistas avançados, especialmente no caso da Europa.

## **Multifuncionalidade, turismo rural e pluriatividade: interfaces de um debate inacabado**

Nesse sentido, às frequentes crises de superprodução e ao permanente clima de instabilidade começam também a perceber-se, com clareza, a importância dos aspectos ecológicos e dos problemas gerados pela agricultura de base fordista e pela incessante pressão que ela acarreta sobre os recursos naturais.

De forma bastante objetiva podemos dizer que no aludido período cresce o reconhecimento de que se estava praticando uma agricultura onerosa, incapaz de ocupar minimamente a força de trabalho rural, que produzia a degradação dos recursos naturais e gerava uma série de conflitos e distorções no comércio mundial.

Reveste-se de importância tal percepção dos fatos por parte dos consumidores e dos atores sociopolíticos em geral, na medida em que ela aponta para claros indícios de uma crise de legitimidade do Estado moderno no que afeta à regulação da atividade agropecuária. De outra parte, é colocado em xeque o tradicional papel do setor agrário enquanto provedor de alimentos à sociedade, fazendo igualmente ruírem os pilares políticos e éticos que sustentavam o famoso slogan "*Nuestro oficio consiste em alimentar a la humanidad*" a que Hervieu (1997, p.99) evocou para caracterizar um período emblemático da história agrária europeia.

Em 1985 a então Comunidade Econômica Europeia (atual União Europeia) elabora um importante documento intitulado *Perspectivas para a PAC*, conhecido também como *Livro Verde*, no qual são introduzidas algumas propostas e elementos inovadores. Nele aparece destacado o papel da agricultura na proteção do meio ambiente e a conveniência de concessão de ajudas diretas orientadas à melhoria das rendas dos agricultores, sempre e quando estas não se traduzam na geração de novos excedentes agrícolas.

O novo enfoque expressa a ideia de subvenções destinadas a fomentar a diversificação das atividades junto às propriedades através do turismo rural, do artesanato, da transformação e elaboração de alimentos nas próprias unidades produtivas e do resgate de saberes tradicionais. Eis aqui claras evidências de uma mudança retórica radical que merece ser aprofundada. Antes, porém, outros aspectos dessa transição devem ser resgatados.

O segundo grande ciclo de reformas coincide com o período compreendido entre 1985 e 1991. A necessidade de mudanças cresce, haja vista o fato de que o conjunto de medidas anteriormente adotadas não surtiu o efeito desejado no sentido de uma redução substancial no volume da produção agrícola. Os gastos do FEOGA<sup>6</sup> se haviam multiplicado por 2,75 na

---

<sup>6</sup> Representa a principal fonte de recursos que financiam a Política Agrária Comunitária, qual seja, o Fundo Europeu de Garantia dos preços dos produtos agrícolas.

## **Multifuncionalidade, turismo rural e pluriatividade: interfaces de um debate inacabado**

década de oitenta (ETXEZARRETA et al., 1995), como resultado do aumento dos excedentes de produção.

Na tentativa de superar esta situação é introduzida, já a partir de 1988, uma nova disciplina orçamentária que trata de limitar as ajudas à agricultura. Diante disso, o aumento dos gastos com o setor agrário passa a estar condicionado e subordinado ao crescimento do Produto Nacional Bruto da então CEE.

O sentimento de oposição em relação ao sistema intensivo da agricultura de base fordista praticado pela CEE não é exclusivo dos cidadãos comunitários, até porque a vocação do modelo, em seus traços fundamentais, é a mesma a imperar em outras partes do planeta. A Revolução Verde, como sublinhamos anteriormente, significou, indiscutivelmente, a homogeneização das agriculturas mundiais, seguindo premissas fortemente etnocêntricas, tendo como marco referencial o modelo euro-americano de produção agropecuária.

Há que recordar que uma fonte importante das críticas dirigidas à PAC reside na crescente preocupação das pessoas em face dos impactos ambientais da agricultura produtivista e intensiva posta em marcha pela CEE, desde que foi concebida na década de 1960. Sinteticamente, ao final dos anos oitenta, a CEE praticava “[...] uma agricultura ineficiente em términos de asignación de recursos a actividades no deseadas, costosa en términos presupuestarios, conflictiva en sus relaciones internacionales y perniciosa en términos ambientales.” (ETXEZARRETA, 1995).

Surgido em 1988, o importante estudo intitulado *O Futuro do Mundo Rural* marca uma guinada decisiva, enquanto marco conceitual, o qual repercutirá decisivamente nos rumos da PAC. O traço essencial repousa na opção que se faz em favor do **desenvolvimento do meio rural** em lugar da reiterada insistência no conteúdo eminentemente agrarista que até então pautava a atuação euro comunitária.

Posteriormente, no mesmo ano, aparece o *Informe da Comissão sobre Agricultura e Meio Ambiente*, expondo a necessária vinculação existente entre a atividade agrária e a dimensão ambiental. Em última instância, este documento reivindica o sentido de reforma da PAC no caminho da incorporação dos aspectos ecológicos ao debate.

A ênfase na melhoria das estruturas e das condições de produção revela a existência de novas prioridades. Inaugura-se um período marcado, sobretudo, pela inclusão da **perspectiva espacial** no âmbito da política agrária. No mencionado estudo *O Futuro do Mundo Rural* não somente se alerta para os problemas advindos da agricultura intensiva praticada pela recém-criada União Europeia, senão que se chama a atenção a respeito do fato de que o espaço rural

## **Multifuncionalidade, turismo rural e pluriatividade: interfaces de um debate inacabado**

não pode estar simplesmente reduzido ao cumprimento de funções produtivas, devendo jogar um papel decisivo no equilíbrio ecológico e no suporte às atividades de ócio e recreação.

Todos estes importantes documentos, surgidos entre o final dos anos oitenta e início dos noventa, estabelecem o que se convencionou chamar de **novos enfoques sobre agricultura e desenvolvimento rural**, refletindo uma nova filosofia de intervenção sobre a agricultura e sobre o mundo rural.

O fato é que os países desenvolvidos atingiram uma condição na qual os avanços tecnológicos no campo da agricultura ultrapassam a própria capacidade de consumo e absorção de alimentos e matérias-primas. Frente a este quadro, o fundamental é que o espaço rural perde progressivamente protagonismo enquanto objeto estrito de produção agrária, em detrimento de outros papéis ou funções (paisagísticas, turísticas e ecológicas) que devem ser matéria de permanente valorização por parte de uma sociedade moderna e plural.

Do mesmo modo, admite-se não ser mais possível assegurar ingressos econômicos suficientes a todas as famílias baseados **única e exclusivamente** na agricultura.

Esta inclinação explícita rumo à **desagrarização** do meio rural não significa uma apologia ao cessamento compulsório das atividades agrícolas por parte dos setores mais vulneráveis da agricultura comunitária (explorações familiares médias ou muito pequenas). O crucial é induzi-las à diversificação de suas fontes de ingresso, estimulando a busca pela agregação de valor aos produtos no seio do próprio estabelecimento ou via exploração de novas linhas de atuação, com ênfase nos chamados **nichos de mercado** (artigos diferenciados, denominações de origem<sup>7</sup> ou produtos especiais).

Em ambos os casos, o objetivo é o de converter o agricultor em um agente de grande capacidade, ou mais precisamente, num **empresário rural** por excelência. Em definitiva, encontramos-nos diante de uma mudança drástica no plano político e institucional, no qual foram erigidos os alicerces necessários para construir um **novo discurso** sobre a agricultura e sobre o mundo rural. Surgia, assim, a **multifuncionalidade**, um neologismo que é rapidamente incorporado ao jargão acadêmico e político internacional.

Para muitos analistas, particularmente os que defendem o interesse de países agroexportadores, como é o caso do Brasil, trata-se, tão somente, de uma forma enrustida de proteger os amplos subsídios que sustentam, em larga medida, a produção agropecuária da União Europeia, Japão e América do Norte, os quais seguem distorcendo os preços praticados

---

<sup>7</sup> De acordo com Hervieu (1997, p.83), as denominações de origem constituem um verdadeiro **arsenal jurídico** que permite "[...] restaurar la territorialización de la producción agraria que las tendencias de origen económico tienden a borrar."

## **Multifuncionalidade, turismo rural e pluriatividade: interfaces de um debate inacabado**

nos mercados internacionais e obstaculizando as negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio.

O início dos anos 1980 compreende um período no qual se dá a constatação de que o *part time farming* se havia espalhado pela maior parte dos países centrais. No plano acadêmico, cresce o entendimento de que o tempo de trabalho não representa um critério adequado para identificar um fenômeno de tamanha complexidade.

Do mesmo modo, brota o entendimento de que a unidade de análise não pode ser mais o titular ou cabeça da exploração, mas a família rural, que lança mão de inúmeros artifícios para garantir a reprodução social de seus membros. Trata-se da combinação de atividades agrícolas e não agrícolas realizadas no interior ou fora da própria exploração.

No contexto dos países anglo-saxões, é inicialmente introduzida a expressão *multiple job holding*, a qual é substituída por outro termo - a pluriatividade - que é assimilada, nos diversos idiomas (*pluriactivity, pluriactivité, pluriactividad*), para caracterizar um tipo de exploração agrária tido agora como *moderna* e perfeitamente adequada aos novos tempos regidos pela chamada era do *pós-produtivismo*.

O incentivo à pluriatividade justifica-se diante do peso de inúmeros atributos desta forma de organização da exploração familiar, destacada, entre outros aspectos, por sua natureza flexível, espontânea, voluntária e propulsora do uso sustentável dos recursos locais (humanos e econômicos). Além disso, por favorecer não só a possibilidade de uma maior integração de atividades no âmbito interno da exploração (reciprocamente complementares), bem como no plano externo em relação a outros setores econômicos (turismo, indústria) que convergem no sentido de reforçar a autonomia do grupo doméstico, diminuindo a dependência de uma só fonte de ingresso econômico.

O padrão fordista de produção agropecuária, intensivo e especializado, compromete, entre outros fatores, a preservação dos recursos naturais, enfraquecendo o tecido produtivo e social dos territórios por sua extrema rigidez, estreita dependência das fontes públicas e por promover a artificialização dos mercados. Os recentes episódios envolvendo a crise das dioxinas, a síndrome das vacas loucas, da gripe aviária ou, mais recentemente, dos pepinos espanhóis, não fazem mais do que destapar o véu que ocultava um rosário de contradições a que fizemos alusão, ainda que brevemente nas páginas precedentes este artigo.

A substituição do *part time farming* pelo novo termo - a pluriatividade - não pode ser vista apenas como simples alteração semântica, mas como expressão cristalina desta radical ruptura no plano do discurso das organizações e dos atores sociais implicados. A

## **Multifuncionalidade, turismo rural e pluriatividade: interfaces de um debate inacabado**

multifuncionalidade, em última instância, é guindada à condição de formação discursiva emergente, a qual estabelece como antípoda, ou contradição mais evidente, um tipo de exploração **demasiado cara** do ponto de vista ambiental, econômico, político, social e cultural, a qual se apresenta ancorada numa lógica de funcionamento incompatível com os imperativos éticos e sociais desses novos tempos. A era do **produtivismo** a **ultranza** havia finalmente chegado ao seu ocaso. Uma revolução silenciosa, no imaginário coletivo, estava em franca progressão.

Na percepção de Foucault, o discurso é concebido como resultado do encontro entre um sujeito enunciativo, um momento histórico e um lugar determinado. No nosso caso, o discurso da modernização ostenta sinais evidentes de um tempo histórico, da atuação de determinados atores sociopolíticos e de circunstâncias facilmente reconhecíveis em face de suas implicações e do sistema de relações que lhes correspondem.

Nesse sentido, quando aludimos à formação discursiva não nos estamos referindo imediatamente a uma teoria científica, mas a acontecimentos históricos e eventos linguísticos que encerram processos concretos, práticas, concepções e estratégias. Ao falar de modernização agrícola poder-se-ia evocar um sistema de dispersão de que fazem parte enunciados formulados por instâncias diversas, os quais inexistem fora de seu tempo histórico.

E foi com base nesse entendimento que construímos o Quadro 1, o qual expressa, ainda que de forma esquemática, as diferenças existentes entre as duas formações discursivas (Modernização Agrícola e Multifuncionalidade) que estamos aqui confrontando, do ponto de vista do padrão idealizado de exploração agropecuária, da forma de organização produtiva e de suas respectivas indicações enunciativas.

Queremos aqui reafirmar que o discurso da modernização agrícola foi historicamente modelado dentro de um determinado sistema de dispersão, apregoado pelas instituições públicas, organizações sócio-profissionais e por uma gama de atores sociais, cujas regras de formação são bastante definidas. Mas para que se identifique uma determinada formação discursiva há que existir enunciados, os quais não são apenas frases, expressões ou relações lógicas, mas acontecimentos histórico-linguísticos.

Alguns exemplos são suficientes para ilustrar a natureza dos enunciados que conformam a modernização enquanto formação discursiva. Quando falamos de produtividade, especialização, ingresso de divisas, ganhos à escala, complexo agroindustrial ou cadeias

## Multifuncionalidade, turismo rural e pluriatividade: interfaces de um debate inacabado

agroalimentares, nos estamos referindo a uma classe de objetos e de eventos linguísticos facilmente identificáveis e mutuamente interconectados.

Todavia, o momento presente aponta uma importante ruptura, não apenas por evidenciar outras modalidades de conflitos, mas por desvendar novos processos que, ao fim e ao cabo, deslocam os eixos de poder para outras direções. Nessa dimensão há que mencionar a pressão crescente imposta por uma classe de consumidores cujo peso político é crescente, os quais denunciam o elevado custo dos subsídios, os altos níveis de degradação ambiental e a elevada contaminação dos alimentos.

Assim emerge igualmente o poder exercido por um setor importante da população que não mais reconhece o papel dos agricultores como gestores exclusivos dos espaços naturais. Desse novo tempo histórico ganham vulto novas concepções, não apenas as que se relacionam com o padrão produtivo e com o uso sustentável dos recursos, mas com a forma com que a sociedade reconhece e valoriza estes domínios.

Deste sistema fazem parte expressões enunciativas igualmente carregadas de significado, como é o caso da diversificação, flexibilização, sustentabilidade, patrimônio cultural, valorização paisagística, ativos intangíveis, beleza cênica, etc. Nesse sentido, a exploração pluriativa, por suas características intrínsecas, emerge como uma espécie de **campo de irradiação** dessa formação discursiva que delimita certas práticas e formas de organização que se pretende, em uma palavra, potencializar.

**Quadro 1** - Aspectos definidores das formações discursivas, segundo padrão idealizado de exploração agropecuária, forma de organização produtiva e indicação enunciativa

	Formação Discursiva	
	Modernização Agrícola	Multifuncionalidade
Padrão idealizado de exploração agropecuária	Intensivo, especializado, produtivista, capaz de ocupar integralmente a força de trabalho familiar.	Extensivo, diversificado, ambientalmente sustentável; comporta inserções socioprofissionais diversificadas dos membros da exploração familiar.
Forma de organização produtiva	Elevado grau de rigidez; alta dependência na dinâmica dos mercados e de fontes públicas de financiamento e subvenção.	Mais flexível; há uma aposta no uso de fontes de ingresso agrícola e não agrícola na sustentação material da exploração.
Indicações enunciativas	Modernização, produtividade, difusão de tecnologia, especialização, crescimento adubação, ingresso de divisas, desenvolvimento agrícola, papel da agricultura; integração, complexo agroindustrial, cadeias agroalimentares, ganhos à escala.	Diversificação, ecologização, agroecossistema, multiocupação, turismo rural, biodiversidade, sustentabilidade, degradação ambiental, paisagem, preservação, uso sustentável, patrimônio imaterial.

Fonte: Elaboração própria.

## **Multifuncionalidade, turismo rural e pluriatividade: interfaces de um debate inacabado**

O empresário rural que agora é idealizado corresponde àquele capaz de conciliar a produção agropecuária com outras atividades, sobretudo as que servem para gerar outra classe de produtos que a sociedade demanda, quais sejam, a proteção da biodiversidade, do patrimônio natural e paisagístico, de saberes tradicionais e dos chamados artigos singulares (indicações geográficas, produtos de *terroir*, típicos, regionais, tradicionais, etc.).

O turismo rural, em sua diversidade de enfoques e de modalidades, acaba por converter-se numa espécie de bandeira através da qual muitos produtores reivindicam ampliar sua fonte de legitimidade, a qual aponta para a necessidade de estabelecer um novo contrato social com o Estado e com a sociedade em geral.

### ***Ao Vencedor as Batatas? O Novo Discurso e o Turismo Rural***

Vimos, nas páginas precedentes, não somente a natureza da formação discursiva que se impôs acerca do mundo rural, desde o final dos anos 1980, mas as circunstâncias históricas que lhe conferiram uma determinada **materialidade ideológica** na acepção dada por Pêcheux (1990). O que aqui se buscou evidenciar é que o período destacado coincide com uma mudança igualmente decisiva do ponto de vista de uma formação discursiva erigida em torno a um padrão de exploração agropecuária idealizado por organizações agrárias, o qual foi fomentado e amparado por políticas públicas (financiamento, garantia de preços dos produtos e mecanismos de subvenção direta e indireta) de grande impacto e abrangência.

Assim, o que antes era condenado – a exploração agrária diversificada e as múltiplas inserções profissionais dos agricultores e de seus familiares – passa agora a ser visto como algo moderno e adequado a estes novos tempos marcados pelo que se convencionou chamar de era do pós-productivismo. Convergimos com Marsden (1995) quando este afirma que a pluriatividade é a mais eloquente expressão desse cenário que se descortina a partir do final do século XX.

Não resta dúvida de que, num curto espaço de tempo (menos de vinte anos), tanto no plano político<sup>8</sup> como acadêmico, as posturas e valorações acerca da pluriatividade

---

<sup>8</sup> A partir de meados dos anos 1970, a mudança de atitude é clara e carregada de significado no caso francês, especialmente no plano das organizações sindicais, tendo em vista a tradicional posição assumida durante a Quinta República. Tanto a FNSEA (Federação Nacional dos Produtores Agrícolas) como a CNJA (Centro Nacional de Jovens Agricultores) passam a revisar posições anteriores em decorrência de inúmeros fatores. A pluriatividade, como destaca Carneiro (1996, p.92), passa a ser encarada: a) como recurso capaz de enfrentar as frequentes crises de superprodução agrícola e a ameaça, cada vez mais presente, de desertificação do campo, especialmente nas zonas desfavorecidas e impossibilitadas de desenvolver uma agricultura empresarial; b) como atividade capaz de absorver os jovens até o momento em que definitivamente assumam a direção da propriedade

## Multifuncionalidade, turismo rural e pluriatividade: interfaces de um debate inacabado

modificaram-se radicalmente. Na esfera política, passou-se da censura, por considerá-la como obstáculo à modernização agrária, ou mesmo um freio à evolução das estruturas agrárias, a uma situação no qual se reduzem as resistências, tendo em vista o potencial a ela atribuída, no sentido de promover o fortalecimento do tecido produtivo local, o equilíbrio territorial, a conservação ambiental, a preservação de raízes culturais, bem como a própria reordenação do território.

No plano estritamente acadêmico, o grau de modificações não foi menos intenso. Admitido como fenômeno de escassa importância, se lhe vinculava à condição de situação social de transição, a qual desapareceria como consequência natural da dinâmica da agricultura moderna. Sabe-se hoje, portanto, que a pluriatividade, em suas distintas acepções, constitui-se numa das mais numerosas unidades taxonômicas, ao mesmo tempo em que vem sendo vista como uma das chaves analíticas ativadas para decifrar a tenacidade e a plasticidade de uma agricultura familiar que persiste em meio a um contexto permanentemente instável e, por vezes, bastante adverso.

Considerada igualmente como de exclusiva incidência no âmbito dos países desenvolvidos, constata-se, posteriormente, que é também importante na perspectiva das economias em desenvolvimento, como no caso dos países da América Latina.

Entretanto, não há como desconhecer o fato de que o discurso da multifuncionalidade enfrenta resistências, tanto em nível externo, considerando o interesse dos países exportadores que criticam o elevado nível de subsídios praticado nos países chamados de **amigos da multifuncionalidade**<sup>9</sup>, quanto interno, levando em conta, nesse caso, um considerável contingente de agricultores que não aceitam o *script* de um filme que se lhes atribui a condição de atores coadjuvantes, encarregados, em última análise, de exercer o papel de “jardineiros da natureza.”

Destarte, a agricultura há que ser vista, segundo Hervieu (1997), como uma profissão igual à outra qualquer, a qual deve lutar no sentido de encontrar novas fontes de legitimidade para assegurar seu espaço, no plano político, por intermédio de um novo contrato social que, dentre outras coisas, restabeleça os vínculos com o território e com a produção sustentável de alimentos e de matérias-primas, assim como do ponto de vista da preservação da biodiversidade.

---

paterna; c) como alternativa, não só para os agricultores excluídos do processo de produção, mas por explorações que, havendo ingressado nesta dinâmica, sofrem os efeitos de esgotamento do modelo produtivista.

<sup>9</sup> O grupo intitulado **amigos da multifuncionalidade** é integrado pelos países da União Europeia, incluindo ainda Bulgária, Coreia do Sul, Islândia, Israel, Japão, Liechtenstein, Noruega, Suíça e Taiwan.

## **Multifuncionalidade, turismo rural e pluriatividade: interfaces de um debate inacabado**

Há, entretanto, inúmeros problemas relacionados a esse novo discurso que busca se impor na arena dos debates travados dentro da União Europeia, dentro de cada país, bem como no âmbito das negociações multilaterais levadas a efeito nas últimas rodadas da Organização Mundial do Comércio. A multifuncionalidade tem a ver com o reconhecimento de que a agricultura é capaz de produzir externalidades positivas para a sociedade, assumindo, como o próprio nome indica, inúmeros papéis (preservação do patrimônio cultural e paisagístico, conservação dos recursos naturais, da beleza cênica, etc.), mais além da produção agropecuária *stricto sensu*.

A pergunta óbvia que se impõe poderia ser formulada nos seguintes termos: mas de que agricultura estamos falando? Da que vem até hoje sendo praticada em muitos países europeus, apoiada em métodos intensivos e de corte estritamente produtivista?

Outra questão parece ser a de que se está falando de multifuncionalidade da agricultura quando na verdade se está pensando no ambiente rural, hoje habitado, em muitos países, por um número cada vez mais reduzido de agricultores. Encontramo-nos diante de um quadro em que novos atores sociais vêm crescentemente assumindo papéis, que até então, eram exclusivamente atribuídos aos agricultores enquanto gestores dos territórios rurais e do patrimônio ambiental que encerram. Um cenário novo cujos conflitos são claramente perceptíveis.

Também é verdade o fato de que amplos setores da agricultura não assimilaram esse novo discurso em sua plenitude, como é o caso das grandes corporações agroindustriais que defendem seus interesses imediatos. Desse conjunto, por muitos identificados como de **fundamentalistas agrários**, fazem parte aqueles produtores que não se identificam com o papel de “jardineiros da natureza”, assim como pelo fato de serem remunerados pelo que não estão efetivamente produzindo, como no caso das ajudas diretas desvinculadas da produção.

O interessante estudo de Figueiredo (2003) mostra não somente como o turismo rural foi sendo incorporado no centro deste novo discurso como instrumento do desenvolvimento dos territórios rurais europeus, mas sobretudo, as contradições que esse processo acarreta. Uma transição que no afã de proteger a qualidade ambiental, de resgatar saberes e memórias do passado, acaba por converter as áreas rurais em um mero cenário, uma simples paisagem, em lugar de espetáculo, quase divinizado.

O rural desenhado no discurso da multifuncionalidade, aludido anteriormente, emerge, invariavelmente, como um verdadeiro simulacro ou pastiche (HARVEY, 2009), sobretudo em

## **Multifuncionalidade, turismo rural e pluriatividade: interfaces de um debate inacabado**

festas turísticas e eventos concebidos para satisfazer o gosto e a curiosidade dos não rurais pelo exótico, pelo singular. De espaço produtivo, passa a ser um espaço simbólico.

Uma **cultura de museu** é erigida em nome do afã por assegurar a apropriação estética e cênica feita **pelos de fora**. Uma tradição que é preservada ou recuperada para ser literalmente mercadificada, contando para isso, no caso europeu, com fartos subsídios e diversos instrumentos públicos de intervenção.

Que riscos esconde esse novo discurso da multifuncionalidade, em cujo interior habita essa ideia de turismo rural, em toda sua diversidade de enfoques e formatos? Alguns deles já foram aqui comentados, mas existem outros como o fato de propor o turismo como uma panaceia para enfrentar os graves problemas vivenciados nos territórios rurais, tanto no caso europeu como de países como o Brasil. O rural desejado pelos turistas e proposto pelo Estado, como afirma Figueiredo (2003), é relativamente imóvel, preservado em suas características tradicionais, desde a arquitetura às manifestações sócio-culturais. E qual o lugar da produção no contexto dessa reinvenção da ruralidade? Justificamos, assim, a provocadora frase que encabeça esta última seção do trabalho, inspirando-nos na clássica obra de Machado de Assis (Quincas Borba).

Parece claro que *la raison d'être* do mundo rural vem sendo reiteradamente modificada em nome do seu caráter multifuncional, outrora visto como o espaço da produção agroalimentar por autnomásia, e de uma cultura centrada na ética do trabalho. Para Figueiredo essa recriação ou reinvenção da ruralidade oculta enormes riscos, como a consequente perda de autenticidade e da conversão do espaço da produção em *locus* de uma contemplação idealizada.

Por outra parte, estudos como os de Cavaco (1999) e Joaquim (1999) só fazem confirmar a desconfiança em torno aos efeitos econômicos, sociais e ambientais do turismo rural em países como Portugal, alertando para o fato de que os benefícios trazidos por esta atividade econômica são, invariavelmente, apropriados por uma pequena fatia da população rural.

*Quantas mais aldeias típicas conseguimos suportar?* é o sugestivo título do artigo (FIGUEIREDO, 2003) que reiteradamente evocamos aqui para reforçar esse entendimento acerca da necessidade urgente de refletir acerca dos limites desta exaltação do rural e dos custos materiais e simbólicos que acarreta para os atores sociais implicados.

Guindada à condição de formação discursiva, a multifuncionalidade não é, portanto, uma simples narrativa, ideologicamente neutra ou despreziosa. Existe, assim, uma unidade no

## **Multifuncionalidade, turismo rural e pluriatividade: interfaces de um debate inacabado**

coração de uma linguagem que, aparentemente, contém toda a diversidade de enfoques e de abordagens. Nosso intento, nesse trabalho foi justamente obrar no sentido de desvelar algumas destas contradições. Se nossa abordagem contribuiu para aprofundar esse debate, damos por sentados os objetivos que marcaram esse artigo.

### **Agradecimentos**

Este trabalho foi desenvolvido sob os auspícios do CNPQ, Projeto Capes-DGU n. 186/09, e do Pronem Fapergs nº 003/2011, por meio da concessão de bolsas de Doutorado, Doutorado Sanduíche e Pós-Doutoramento e de auxílios financeiros, respectivamente.

### ***MULTIFUNCTIONALITY, RURAL TOURISM AND PLURIACTIVITY: INTERFACES OF AN UNFINISHED DEBATE***

**ABSTRACT:** *In this article the authors have assumed that the emergence of rural tourism and the interest aroused in this sphere can not be analyzed outside the context of transition operated between a dominant discursive formation through the first half of the 1980s (the discourse of agrarian modernization) and the period subsequent, marked by the emergence of what came to be called multifunctionality. If in the first case we have the idealization of monoactive exploitation, in the second phase the pluriactive exploitation, based on the diversification of incomes (including the rural tourism activities) is seen as a model to be followed.*

**KEYWORDS:** *Discursive formation. Pluriactivity. Multifunctionality.*

### **REFERÊNCIAS**

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro: uma análise estadual** (Sul, Sudeste, Centro-Oeste). Jaguariúna: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000. v.4.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade no campo: o caso francês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ano 11, n.32, p.89-104, 1996.

CAVACO, C. O mundo rural português: desafios e futuros. In: CAVACO, C. (Coord.). **Desenvolvimento rural: desafio e utopia**. Lisboa: CEG, 1999. p.135-148.

ETXEZARRETA, M. et al. **La agricultura familiar ante las nuevas políticas agrarias comunitarias**. Madrid: MAPA, 1995.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FIGUEIREDO, E. Quantas mais 'aldeias típicas' conseguimos suportar? Algumas reflexões a propósito do turismo como instrumento de desenvolvimento local em meio rural. In:

## **Multifuncionalidade, turismo rural e pluriatividade: interfaces de um debate inacabado**

SIMÕES, O.; CRISTÓVÃO, A. (Org.). **Turismo em espaços rurais e naturais**. Coimbra: IPC, 2003. p.65-81.

GRAZIANO DA SILVA, J. O capitalismo verde. **Agricultura Sustentável**, Jaguariúna, v.1, n.1, p.5-9, 1994.

GUZMÁN, E. S. (Ed.) **Ecología, campesinato y historia**. España: Las Ediciones de La Piqueta, 1992.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

HERVIEU, B. **Los campos del futuro**. Madrid: Ed. MAPA, 1997.

JOAQUIM, G. Turismo e ambiente: que sustentabilidade? In: CAVACO, C. (Coord.). **Desenvolvimento rural: desafio e utopia**. Lisboa: CEG, 1999. p.305-312.

MARSDEN, T. **The condition of rural sustainability**. The Netherlands: Van Gorcum, 2003.

\_\_\_\_\_. Beyond Agriculture? Regulating the new rural spaces. **Journal of Rural Studies**, London, v.11, n.3, p.285-296, 1995.

NAVARRO, Z.; PEDROSO, M. T. M. **Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2011. (Texto para Discussão)

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

REDCLIFT, M.; WOODGATE, G. Sociology and the environment: discordant discourse? In: REDCLIFT, M.; BENTON, T. (Ed.). **Social theory and the global environment**. London: Routledge, 1994. p.51-66.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: Ed. da UFPEL, 2003.

\_\_\_\_\_. A agricultura familiar em transformação: o surgimento dos part time farmer's em Santa Catarina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 22., 1994, Brasília. **Anais...** Brasília: SOBER, 1994. v.1, p.442-449.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. Pluriatividade e ruralidade: falsas premissas e falsos dilemas. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Org.). **O novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização**. Brasília: [s.l.], 2004. v.7. p.71-105.

SCHNEIDER, S. As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo parcial. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.16, n.1, p.105-129, 1995.

SCHNEIDER, S.; NAVARRO, Z. Emprego agrícola e novas formas de ocupação no meio rural do Rio Grande do Sul: uma análise a partir dos dados das PNADs de 1981 a 1997. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Ed.). **O novo rural brasileiro: uma**

## **Multifuncionalidade, turismo rural e pluriatividade: interfaces de um debate inacabado**

análise estadual (Sul, Sudeste, Centro-Oeste). Jaguariúna: EMBRAPA Meio Ambiente, v.3, 2000. p.15-48.

VAN DER PLOEG, J. D. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.13, n.3, p.383-404, 1996.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: Hucitec, 1991.